

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	V. 12	N. 2	p. 47-72	2006	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	------	----------	------	----------------

A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA NO BRASIL: UMA LÍNGUA DE MADEIRA¹?

Sírio Possenti*
Roberto Leiser Baronas**

- Flecha, você é machista? Pergunta Shirlei.
- Para mim não existe diferença entre sexos, Shirlei.
- Que pergunta!
- Aliás, típica. Comenta Flecha.
Luis Fernando Veríssimo, In: As Cobras

RESUMO: Este trabalho se situa no encontro de três pesquisas em curso: uma sobre o humor (que é muitas vezes politicamente incorreto), outra sobre algumas questões teóricas no interior da AD (em especial a questão da heterogeneidade da linguagem e a das diversas posições do sujeito) e outra sobre mudanças pragmáticas e discursivas no português brasileiro. O trabalho comenta basicamente a relevância, em especial para a Análise de

¹ Michel Pêcheux (1980) toma a expressão “língua de madeira” de empréstimo de Régis Débray, quando este ao analisar como o poder feudal se utiliza de determinadas estratégias para alargar ainda mais o “fosso entre os senhores feudais, o clero e a multidão dos laicos”, nos diz que “as necessidades da administração reestabelecem o uso da escrita. O latim é restaurado como instrumento de comunicação ‘internacional’, comum à Igreja e à chancelaria. Os reis e os príncipes serão os únicos com os clérigos, que poderão aprendê-lo. As falas vernaculares se convertem em ‘línguas vulgares’ que, abandonadas ao povo, demarcam dirigentes e dirigidos. O latim seria assim a **‘língua de madeira’** da ideologia feudal, realizando ao mesmo tempo a comunicação e a não-comunicação”. (grifos nossos)

* Sírio Possenti é professor do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

** Roberto Leiser Baronas é professor de Lingüística e Língua Portuguesa na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Professor Visitante no Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Discurso de algumas formas lingüísticas cujo sentido conota desvalorização de indivíduos ou grupos, levando em consideração especialmente alguns casos nos quais certas palavras estiveram em disputa, já que esses fatos revelam um determinado jogo de forças e alguns dos argumentos utilizados. O estudo procura verificar também em que medida a textualização do politicamente correto, nos mais diferentes gêneros discursivos, a partir de uma concepção transparente de língua ao afirmar a evidência dos sentidos, se constitui num discurso totalitário, numa língua de madeira. A ênfase a tais fatos se justifica pela relevância que a AD dá às condições extra-lingüísticas na produção dos efeitos que os enunciados (ou as palavras) produzem quando utilizados nos discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da AD. Lingüística. Discurso. Politicamente correto.

THE POLITICALLY CORRECT LANGUAGE IN BRAZIL: A LANGUAGE OF WOOD?

ABSTRACT: This paper meets at the junction of three ongoing researches: one about humor (that is many times politically incorrect), the other about theoretical questions of Discourse Analysis (especially the question of language heterogeneity and the diverse positions of the subject) and the other about discursive pragmatic changes in the Brazilian Portuguese language. It comments basically the relevance, especially for the Discourse Analysis, of some linguistic forms whose meaning connotes devaluation of individuals or groups taking into account especially some cases involving certain polemic words as these facts reveal a game of power and some of the arguments used. The study also verifies to what extent the textualization of the politically correct, in the very different discursive genres, from a transparent conception of language affirming the evidence of meanings, constitutes a totalitarian discourse, or a language of wood. The emphasis of such facts is justified by the relevance that Discourse Analysis gives to the extra-linguistic conditions in the production of the effects that the utterances or words produce when used in discourses.

KEYWORDS: Theory of Discourse Analysis. Linguistics. Discourse. Politically correct.

1. Primeiras palavras

Analisar dados do movimento politicamente correto é, em mais de um sentido, analisar o funcionamento ideológico da linguagem. Pode parecer que a relevância da discussão é prioritariamente política, mas o que se passa fora da língua é freqüentemente relevante para ela. Por isso, a discussão não é apenas política, embora este seja certamente um aspecto importante. Para os interessados em discutir o velho e insolúvel problema da relação entre som e sentido, por exemplo, trata-se de um fenômeno que exhibe à luz do dia alguns dos seus aspectos mais cruciais: a) que a significação depende dos discursos em que as palavras e enunciados ocorrem; b) que são certas palavras que fazem, em boa medida, com que textos sejam considerados racistas, machistas etc; c) que a relação entre som e sentido (só) é explicável historicamente; d) que há alguma relação entre o sujeito do discurso e o discurso, mas, no fim das contas, o sentido independe (das intenções) dos sujeitos que produzem os enunciados. Suponhamos que, para os que aceitam que o sentido é convencional - no fundo, a maioria absoluta dos lingüistas e filósofos da linguagem -, os fatos aqui comentados servem como razões para abandonar a hipótese.

De fato, o movimento em defesa de um uso politicamente correto da linguagem fornece evidências vivas em favor da teoria da AD e, em especial, da afirmação de Bakhtin segundo a qual o signo não reflete, mas *refrata* a realidade, tornando-se, por consequência, uma arena da luta de classes (BAKHTIN/VOLOSHINOV (1929/1981, p. 46). Assim, suas implicações para as teorias do sentido são óbvias: mostra-se de forma muito clara como se dá a disputa pelo sentido de certas palavras, pois o movimento consiste em grande parte nessa luta ("discriminatory comments in the form of name calling, racial slurs, or jokes", segundo a revista *Newsweek* de 24 de dezembro de 1990) e na denúncia dos efeitos de sentido que o uso de certas

formas implica. Tais palavras, cujo uso e cujo sentido se disputa, permitem assistir ao vivo a várias micro-histórias semânticas de alto valor epistemológico, já que exibem claramente o processo de criação de certos efeitos de sentido. (Para um semanticista, ou para um analista do discurso, esses dados têm uma relevância semelhante a que têm dados de aquisição de linguagem, de *pidgins* ou de crioulos, exceto talvez pelo fato de que o movimento por uma linguagem politicamente correta produz dados com grau de "seriedade" variado. Mas, de qualquer forma, ilustram abertamente um processo relevante para as línguas). Além disso, e de forma talvez mais interessante, os dados manifestam discordâncias mesmo entre locutores que aparentemente deveriam estar do mesmo lado, se só houvesse dois lados, sobre quais sejam as palavras mais adequadas e quais os seus reais sentidos.

Portanto, os elementos discursivos mais críticos da chamada linguagem politicamente (in)correta são dados empíricos de extrema relevância para sustentar teses centrais da AD. Por um lado, a análise de certos itens lexicais (negro *vs* afro-brasileiro (ou americano), homossexual *vs* bicha, moça *vs* gata, por exemplo) mostra a clara relação desses itens com as formações discursivas históricas nas quais passaram a ter os sentidos que têm. Como os sentidos não são os mesmos para os diversos falantes locutores situados em lugares sociais diferentes, teses clássicas da AD ficam bastante confirmadas, e de modo muito claro. Por outro lado, também os locutores que produzem tais discursos acabam por ser classificados, por exemplo, como racistas, machistas (genericamente, preconceituosos), com base em sua prática discursiva, ou pelo menos também através dela, mesmo que não tenham intenção de produzir os efeitos que produzem falando, ou, ainda mais, mesmo que não se dêem conta de que seus discursos, por incluírem determinados termos marcados, têm tais efeitos. Além disso, há outro aspecto relevante: alguns falantes se dão conta e outros não, da carga negativa ou positiva de certos termos; ou, alternativamente, alguns falantes se dão conta da carga negativa de certos termos apenas quando aplicados "inadequadamente".

É relativamente óbvio que tais dados têm um relevo especial em relação a tais teses da AD. Nada melhor para verificar a idéia do discurso como uma prática social e histórica do que ver e viver disputas de sentidos, materializada na luta pelo emprego de certas palavras e na luta para evitar o emprego de outras. O que é ainda mais relevante nesses dados é que não só eles aparecem nos discursos, mas são abertamente discutidos e avaliados, às vezes de forma bastante interessante, embora às vezes também de forma grosseira. Essas análises, no entanto, além de serem mais ou menos felizes do ponto de vista técnico, são ainda mais relevantes pelo fato de que revelam as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros. É um tipo de dado relativamente raro, que o pesquisador não pode desprezar.

O interesse em discutir tais casos é evidente para discursos progressistas. Mas quereríamos demonstrar que o interesse é ainda maior para as teorias do sentido, isto é, para a lingüística. Do ponto de vista mais estrito do estudo da relação da forma e do sentido, trata-se de um fenômeno que exhibe à luz do dia um dos aspectos mais cruciais do problema da significação: a saber, que a significação apresenta-se como tendo a seguinte dupla face: ao mesmo tempo, ela depende dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte é ela que os faz serem os discursos que são.

2. O movimento do politicamente correto

A expressão "politicamente correto" (ou incorreto) aplica-se não apenas à linguagem, embora esta seja a candidata mais constante àquela qualificação, mas a variados campos. Por exemplo, num recente dia dos namorados, um jornal afirma que "casais entram na era do politicamente correto, são fiéis, trocam anéis e fazem sexo responsável". Uma revista de variedades informou há pouco tempo que as redes inglesas de TV BBC e Channel 4 tiraram do ar algumas mímicas (p. ex. o dedo em forma de gancho para significar 'judeu', puxar os cantos dos olhos para

representar um chinês) que eram utilizadas em programas para surdos-mudos, por julgá-las politicamente incorretas.

Para alguns, como o pensador francês C. Lefort, trata-se de um movimento muito localizado e quase idiossincrático: "é um fenômeno americano, anglo-saxônico, que é insuportável, mas que é interessante na medida em que parece traduzir algo de muito antigo em certa tradição de seita nos Estados Unidos. Como se tudo precisasse passar por uma regra para poder existir" (*Folha de S. Paulo*, 20.03.94). Para outros, o fenômeno até pode ser tipicamente americano, mas isso não implica necessariamente a conotação de seita que Lefort lhe atribui. O filósofo Renato Janine Ribeiro, por exemplo, assinala que o movimento pode apresentar problemas, mas é resultado da organização das minorias, e que, se é fraco no Brasil, isso se deve mais a suas virtudes que a seus defeitos. Sua pouca força resultaria do fato de que as minorias aqui são pouco organizadas (RIBEIRO, 1992).

Os estudantes de uma universidade devem ser selecionados apenas através de provas, idênticas para todos os candidatos, ou as vagas devem ser distribuídas por quotas proporcionais entre as diversas etnias e opções sexuais? Ainda é razoável que em inglês as mulheres sejam designadas pela palavra "**woman**" e as pessoas pela palavra "**person**", ou a presença nelas de segmentos como "**man**" e "**son**" exigiria que fossem abandonadas e substituídas por outras, que não contenham segmentos semelhantes e que não produzam certos efeitos de sentido? A história da humanidade pode ser chamada de "**history**"? Ou essa palavra conotaria que a história é inevitavelmente marcada pelo ponto de vista masculino?

Tais questões estão sendo propostas em conjunto, e acompanhadas de outras, na defesa de um comportamento, inclusive lingüístico, que seja politicamente correto. O movimento inclui em especial o combate ao racismo e ao machismo, à pretensa superioridade do homem branco ocidental e a sua cultura pretensamente racional. Estas são, digamos, as grandes questões. Mas o movimento vai além, tentando tornar não marcado o vocabulário (e o comportamento) relativo a qualquer grupo discriminado, dos velhos ao canhotos, dos carecas aos baixinhos, dos fanhos aos gogos, passando por diversos tipos de

"doenças" (lepra, aids etc.). As formas lingüísticas estão entre os elementos de combate que mais se destacam, na medida em que o movimento acredita (com muita justiça, em princípio) que reproduzem uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça e outras características físicas e sociais que são objeto de discriminação, o que equivale a afirmar que há formas lingüísticas que veiculam sentidos que evidentemente discriminam (preto, gata, bicha), ao lado de outros que talvez discriminem, mas menos claramente (*mulato, denegrir, judiar, anchorman, history* etc). A análise desses fatos, na medida em que são confrontados com os de uma linguagem que, ao contrário dessa, seria *politicamente correta*, permite discutir o que pode significar, em especial para teorias do sentido, esta atividade "epilingüística" que classifica expressões em politicamente corretas ou incorretas e que transforma esta qualificação em militância.

Para alguns, este movimento é basicamente um efeito do relativismo e da crise da racionalidade (ver BERMAN, 1992, especialmente "Introduction" e HUGHES, 1993), em especial quando ele ataca valores ligados à cultura clássica. Para outros, é um dos resultados da organização das minorias. É um movimento confuso, com altos e baixos, e comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis e outras francamente risíveis. O que quer que se diga em relação aos efeitos políticos, no entanto, estamos diante de um movimento que já produziu fatos discursivos que não podem deixar de ser analisados, independentemente da sua durabilidade histórica e da solidez das teses que o justificam.

Para alguns, este movimento corre o risco de transformar-se numa forma de censura. Um dos efeitos seria o cerceamento da liberdade de expressão. Diversos campos de manifestação cultural certamente tenderiam a ser afetados pelo comportamento politicamente correto. Durante as filmagens de *Basic Instinct*, por exemplo, houve violentas manifestações de homossexuais, motivadas pelo fato de que no filme a personagem suspeita de diversos assassinatos era uma lésbica. Os militantes temiam que o filme estigmatizasse esse grupo. Em entrevistas, o diretor reagiu, dizendo que é impossível ser politicamente correto ao fazer um drama. Jornais informam que um romancista japonês

anuncia que vai parar de escrever porque a proibição atinge cada vez mais palavras. A razão imediata é um livro no qual, segundo uma associação de epiléticos, o autor definiu mal a doença e cometeu assim um atentado a seus direitos. Recentemente, os autores de uma telenovela brasileira foram atacados por vários movimentos negros, alguns alegando que haveria divulgação de idéias racistas na novela, em decorrência de certas expressões muito marcadas utilizadas por uma das personagens; outros reclamavam basicamente do comportamento passivo da personagem negra que fora agredida, alegando que esta postura atribuída a um negro é inadequada e prejudicial.

Outros imaginam que, com a campanha, as línguas se empobreceriam. De fato, há muitas palavras que podem ser analisadas como politicamente incorretas. Se fossem proibidas (como a Namíbia proibiu oficialmente palavras que conotavam submissão dos nativos aos brancos, ou eram marcas de uma relação colonialista), itens lexicais seriam perdidos e, com isso, documentos da história da língua (e da cultura). Veja-se como um intelectual brasileiro se posiciona diante do fato: afirma que "com argumentos assim, o vocabulário vai sofrer um expurgo de todo tamanho. Muitas palavras vão ser cassadas". Argumenta que "rubro-negro" pode vir a ser considerada uma expressão ofensiva a índios e negros, que a China poderia ofender-se com nossa expressão "febre amarela", o Japão com a outra, "perigo amarelo", que a China brigaria com os franceses por causa da expressão "chinoiserie", que a França reclamaria do fato de que se fala "sair à francesa", os judeus por causa de "judiar", os negros, ainda, por causa de "denegrir" etc. Sem falar da informação que motiva o texto, segundo a qual alguns advogados da causa dos indígenas americanos querem mudar o nome de um time de futebol de Washington, os *Redskins* - Peles Vermelhas (RESENDE, 1992).

Em 2000, houve uma longa discussão sobre o emprego da palavra "mulato" por parte de um candidato a presidente do Brasil (Fernando Henrique Cardoso). O emprego de tal palavra provocou inúmeras reações adversas por parte de militantes de movimentos organizados e de outros cidadãos que decidiram intervir no debate. Essa discussão caracteriza-se como um caso em que forças sociais que agem com e sobre a linguagem

explicitam suas posições, apelando para argumentos de várias ordens, alguns supostamente científicos. Vejam-se alguns exemplos de intervenção no aludido episódio: a) Reportagem registra a seguinte afirmação de um militante negro: "Só se ele é filho de mula. Mulatinho é cruzamento com mula, não com negro". b) Cartas de leitores apresentam análises do fato, afirmando, por exemplo, que Fernando H. Cardoso deveria saber que a palavra "mulato" tem origem pejorativa e que certos movimentos negros lutam contra sua utilização. Outra carta baseia sua argumentação na análise etimológica corrente, afirmando que além do caráter pejorativo do termo "mulatinho" para se referir ao negro, a questão se agrava pelo fato de palavra "mulato" originar-se de "mula". Outra carta de leitor assinalava, no entanto, que a palavra "mulato" não deriva de "mula", mas de um vocábulo árabe (aprox. [mohalát]) que significa 'mestiço'.

A idéia que subjaz a esta discussão é que, se uma hipótese etimológica for verdadeira, a palavra veicula racismo; mas, se verdadeira for a outra, também etimológica, a palavra "mulato" se tornaria neutra, não veicularia racismo. O colunista Jânio de Freitas entra na questão e faz uma análise que um lingüista poderia assinar: "atribuir a todo uso da palavra "mulato" um sentido ofensivo ou discriminatório, como tantos estão fazendo, é negar a natureza dinâmica da linguagem, com sua permanente modificação de formas e sentidos. Mesmo que a procedência etimológica de "mulato" tenha a incomprovada relação com "mula", seu sentido não guarda sequer vestígio desta suposta origem" (*Folha de S. Paulo*, 08.02.94).

A atividade do movimento em favor de comportamentos politicamente corretos, além de combater o uso de termos marcados negativamente, se caracteriza também por propor a substituição de tais termos por outros, que seriam "neutros" ou "objetivos". Assim, os membros de certa comunidade étnica não devem ser chamados de "negros", mas de "afro-americanos" (ou de "afro-brasileiros"), ou, como se verá adiante, até mesmo de "afro-descendentes". A hipótese do movimento, no caso, parece ser a de que a conotação (ver KERBRACH-ORECCHIONI, 1977) negativa está ligada à própria palavra.

3. Análise de Discurso e o politicamente correto

A Análise de Discurso questiona a asserção de que a conotação pejorativa esteja ligada diretamente à ligada própria palavra. Para esta teoria dos sentidos, a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente (um discurso racista, por exemplo). Tal discurso só ocorre se a sociedade for de alguma forma racista. Esta contraposição em relação ao peso das palavras - peso que seria seu, segundo uma hipótese, ou que derivaria dos discursos nas quais são enunciadas, segundo outra - mostra claramente a relevância do problema em questão e a diferença entre as hipóteses que tentam explicar o que se ocorre no domínio do sentido.

Os textos que contêm elementos relevantes, e dos quais pretendemos esboçar uma análise, mostram claramente que há grupos organizados em torno dos sentidos das palavras e que lutam para que alguns sejam vitoriosos e outros, eliminados. Segundo esta perspectiva, consideramos realista pensar que se trata de exemplos vivos de que a significação só pode ser explicada através de uma história, concebida como luta de classes, luta que se dá tanto em torno de bens materiais quanto em torno de bens simbólicos (BOURDIEU, 1983). É fato que a disputa se dá também, ou prioritariamente, em relação a termos que conotam negativamente em relação a grupos que, em sua maioria, não atendem aos critérios de classe segundo o marxismo clássico. Grupos que lutam por direitos de igualdade que consideram devidos a quem pertence a determinado sexo ou raça, por exemplo, ao contrário de se constituírem em contra-exemplos a certa concepção de história, são exemplos de novas formas de lutas. Estudiosos como Anderson (1983) defenderam este ponto de vista a propósito de lutas como as que se dão pelas causas feministas, ou pelas causas das raças discriminadas, ou em favor dos direitos dos que fazem opções sexuais que são objeto de preconceito.

O dado seguinte parece extremamente significativo. Para que se torne inteligível, é necessário explicitar minimamente suas condições de produção.

Em 1^o de maio de 1992, ao noticiar uma nova versão de seu *Manual de Redação*, o jornal *Folha de S. Paulo* – jornal de maior circulação no Brasil - deu particular destaque ao fato de que estava atento à linguagem politicamente incorreta. E transcreveu exemplos do que propunha como norma para os jornalistas da casa. Por exemplo: evitar termos como "preto, crioulo, escurinho, alemão, moreno, de cor"; utilizar "negro"; mas não utilizar expressões como "afro-brasileiro, cidadão de tipo negróide". O jornal não explicita seus critérios, mas isso não é necessário. É evidente, para quem fala português no Brasil, isto é, para quem está mergulhado nessa cultura, que a primeira lista contém palavras cujo efeito é claramente discriminatório. A última, por sua vez, revela que provavelmente a direção do jornal se deu conta de que a utilização de termos escolhidos com demasiado cuidado denunciaria, exatamente pelo cuidado excessivo, atitudes racistas. Assim como a denegação acaba por afirmar, escolhas muito cuidadosas pareceriam sintoma do preconceito. A recomendação para usar "negro" é provavelmente mais corajosa do que isenta, porque nada garante que esta palavra seja uniformemente considerada neutra do ponto de vista dos discursos racista e anti-racista.

Outro exemplo destacado pela mesma edição: evitar "bicha, veado, fresco, boneca, traveco, sapatão, ela calça 42"; utilizar "homossexual, travesti, lésbica"; mas não utilizar "gay (significa feliz), alfenado, safista". Ora, foi em reação a esta sugestão do **Manual** que o jornal recebeu e publicou a seguinte carta:

Gostaria se apontar uma sutil incorreção no 'Novo Manual de Redação' da **Folha**. Ao referir aos termos sinônimos de homossexualidade, sugere evitar os chulos 'bicha, veado, boneca, traveco, sapatão', substituindo-os por 'homossexual, travesti e lésbica', desaconselhando o uso dos termos 'gay (que significa feliz), alfenado e safista'. Primeiro uma correção: o étimo gay provém da língua catalã-provençal, redundando no português gai, tanto quanto no inglês significando alegre (e não 'feliz'), e desde o século 13, segundo pesquisas do sr. John Boswell, da Universidade da Califórnia, é utilizado exatamente no mesmo sentido

contemporâneo, como sinônimo de homossexual. Segundo reparo: o termo homossexual foi usado pela primeira vez em 1869, cunhado pelo escritor uranista Benkert, sendo imediatamente apropriado pelo saber médico como designativo 'científico' em substituição ao antigo 'sodomita'. Há mais de duas décadas, no mundo inteiro, os homófilos adotaram o termo gay para se autoidentificar, preferindo-o ao ascético 'homossexual', que consideram uma imposição da medicina. Se a *Folha* privilegia o termo negro, em lugar de crioulo, preto etc - adotando exatamente o designativo preferido dos afrodescendentes brasileiros -, que respeite igualmente a preferência das lésbicas, travestis e homossexuais de nosso país, que há mais de uma década se autoidentificam como gays. (LUIZ MOTT, presidente do grupo Gay da Bahia - Salvador, BA).

Esta carta traz interessantes ilustrações para as teses da Análise do Discurso sobre o sentido. Inclusive pelos equívocos implícitos. A carta relaciona explicitamente certas palavras e certos discursos. Por exemplo, 'homossexual' pertenceria ao discurso médico e a um genérico discurso ascético. Declara, além disso, que os homossexuais aceitam ser chamados de "gays". Não rejeita o termo "homossexual", mas discorda que o termo "gay" seja impróprio e defende, portanto, seu uso, contra os preceitos do jornal, o que implica avaliar de maneira diversa seus efeitos de sentido. Essas teses ficam explicitadas. Mas, o autor refere-se aos homossexuais também pela palavra "homófilos". De modo análogo, ao mesmo tempo que apóia o jornal por escolher o termo "negro", refere-se ao grupo assim designado com a palavra "afrodescendentes"! O que estes dois fatos implicam é que haveria palavras acima de qualquer suspeita, como "afrodescendentes" e "homófilos". Seriam palavras que simplesmente *descrevem* - etimologicamente? - origens étnicas e opções sexuais! Em "afrodescendente" não há nada que signifique ou conote cor. Em "homófilo" não há nada que signifique ou conote sexo. Como cor e opção sexual são as razões da discriminação, tais palavras fariam com que os discursos em que aparecessem passassem a ser politicamente neutros. Como se houvesse palavras que apenas refletissem, sem refratar, a realidade. (Note-se que as avaliações

da **Folha** e de Luiz Mott não coincidem, embora ambos queiram ser politicamente corretos. O que mostra claramente que há variados discursos, o que torna mais complexa - e necessariamente discursiva - a questão semântica).

O exemplo seguinte, semelhante ao anterior, exceto pelo fato de a incorreção política não ser tão clara, é menos óbvio para os propósitos deste trabalho. Mas, por outro lado, talvez seja por isso mesmo mais interessante para discutir os limites do movimento. Veja-se a carta abaixo, publicada na revista ISTOÉ 1208, de 25.11.92, e a resposta da revista:

Sr. Diretor:

Sou assíduo leitor desta revista, sempre a tive como grande veículo de comunicação sério e de grande responsabilidade. Porém, na edição 1206, assunto religião, onde vocês comentam a grande importância de Galileu Galilei na história, há um trecho onde lê-se "um dos períodos mais negro (*sic!*) da história". Devido a essa frase, venho expor meu repúdio e questionamento. No momento em que isso é referido, não há afirmação de que negro é sinônimo de desgraça histórica? (ROBSON CARLOS ALMEIDA, Salvador - BA)

ISTOÉ explica: No sentido em que a palavra negro foi usada, ela é tão ofensiva quanto dizer que houve um golpe branco em um determinado país, por exemplo.

Lendo essa carta e a resposta da revista, um fato fica relativamente nítido: a palavra "negro", num certo enunciado, não tem os mesmos efeitos de sentido para certos locutores e para outros. A questão relativa aos eventuais preconceitos que a palavra "negro" e outras palavras a ela associadas ("denegrir", p. ex.) veiculam não é certamente simples. No entanto, mesmo uma análise breve, mas um pouco cuidadosa, pode mostrar em que sentido a resposta da revista confirma ou não o preconceito veiculado pela palavra "negro" do texto criticado pela carta. Pensemos por um momento nos discursos políticos relativos às revoluções: num deles, um discurso que materialize uma ideologia que confere à ordem jurídica o papel de maior destaque numa

determinada formação social, uma revolução branca é obviamente um fato negativo, se comparada com uma situação de legalidade. Ora, essa expressão, tal como aparece na resposta da revista - que, por sua vez, a retoma do uso e com o sentido corrente -, acaba significando, para o que é aqui relevante, que a revolução não foi sangrenta, o que não deixa de ser uma avaliação positiva, dadas as circunstâncias (é como se se dissesse: já que houve uma revolução, pelo menos foi branca). Mas isso não esgota a análise. A principal questão é: ser branca opõe-se a quê? Se houvesse sangue, dir-se-ia que foi um período negro? Se sim, então "revolução branca" pode evocar racismo. A revista, neste caso, confirmaria o ponto de vista da carta do leitor.

Mas a questão ficaria certamente diferente se se mostrasse que a ocorrência de "negro" na expressão "período negro da história" é retomada de um domínio no qual se encontra também, por exemplo, a expressão "nuvens negras no horizonte", na medida em que esta expressão refere-se a determinadas condições meteorológicas ou atmosféricas. Mesmo que esta expressão seja aplicada, por exemplo, ao clima político ou econômico de determinado país, imaginar que veicule racismo provavelmente é exagero. Como a cor escura das nuvens costuma efetivamente ser prenúncio de tempestades, a conotação racista negativa não se produz, já que tal discurso se funda em discursos sobre fatores climáticos, e não em discursos sobre raças e etnias. A associação possível (e histórica) é de negrume com noite, e de noite com obscurantismo intelectual. Esta associação também leva a concluir que "período negro" pode não conotar discurso racista. Na reportagem da revista que a carta critica, a palavra "negro" foi interpretada como se veiculasse sentido pejorativo relativamente à raça negra.

O que isso significa? Pode significar que os leitores lêem o que querem, por exemplo. Ou que estamos diante do que Foucault chama de soberania do significante, isto é, supõe-se que uma palavra produz todos os efeitos, sem levar em conta o discurso. Se se aceita que os efeitos de sentido que um elemento produz devem ser pura e simplesmente aceitos, isto é, sem admitir a hipótese do erro de interpretação, então é possível que a razão esteja pendendo para os que defendem a maior relevância do

significante, a despeito das condições contextuais e históricas. Pode-se pedir ao leitor que distinga um dentre os diversos sentidos? Mas suponhamos que a leitura racista de "período negro" seja insustentável. Mas, mesmo que a palavra "negro" pertença ao discurso da meteorologia (e aos que exploram esta metáfora - como os discursos políticos), se um leitor a lê como se conotasse discurso racista, isso indica fortemente que há condições sociais para esta leitura (mesmo que não seja fundamentada). Tal leitura significa, em outros termos, que o racismo estando vivo, que a sensibilidade está à flor da pele. A leitura do autor da carta pode estar equivocada. Mas é um sintoma. Neste sentido, um fato como este, ou melhor, este tipo de fato coloca em xeque, por mais que seja relevante (e mereça a nossa simpatia), a tese clássica e ainda sólida da Análise do Discurso em relação ao sentido, que pode ser expressa pela seguinte citação de Pêcheux e Fuchs (1975/1995, p. 169):

Queremos dizer que, para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a "matriz do sentido". Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito. Se nos acompanham, compreenderão, então, que a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambigüidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento que mencionamos acima: na realidade, afirmamos *que o "sentido" de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)*" (ênfase acrescida).

Os autores introduzem, exatamente no lugar em que a citação termina, uma nota extremamente relevante para sua teoria (e que pode ser invocada para não ver racismo em "período

negro"): "Acentuamos que esta concepção não se identifica com a das "leituras plurais" que sugerem a idéia de um pululamento infinito de significações, cada sujeito manifestando aí sua singularidade" (ibidem, p. 238). Vale dizer: para Pêcheux e Fuchs, a leitura do leitor de ISTOÉ não seria defensável.

Tomemos mais um exemplo. Trata-se de um excerto do documento A Carta da Terra de Mato Grosso, elaborado a partir do Seminário Mato-Grossense da Carta da Terra (CT), realizado em 30/10/2000, na cidade de Cuiabá.

CARTA DA TERRA DE MATO GROSSO

A Comissão Estadual de Mato Grosso é composta por 41 membros de diversas cidades e instituições. Reunindo-se periodicamente, mobiliza-se no sentido de elaborar e implementar a CT com os seguintes princípios², retirados a partir das proposições feitas durante o seminário:

Tudo o que existe e vive deve ser cuidado para continuar a existir. A essência humana reside na capacidade de tomar este cuidado. Talvez seja este, o maior desafio da capacidade inventiva do ser humano, despertar a sensibilidade e a responsabilidade com os cuidados da Terra. (LEONARDO BOFF, 1999)³

O "Seminário Mato-Grossense da Carta da Terra", realizado no dia 30/10/00 com cerca de 500 participantes, discutiu e encaminhou algumas reflexões e propostas para a doação mundial da Carta da Terra (CT). Inicialmente, uma grande preocupação foi exposta sobre os caminhos da CT – ficará somente no documento, ou sua implementação assegurara novas perspectivas para a manutenção da Terra? Como assegurar a implementação da CT, num mundo ainda testemunhado por grandes disparidades econômicas e injustiças sociais?

² Sistematização de Michele Sato, aprovada pela Comissão Estadual da Carta da Terra.

³ BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do Ser Humano – Compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 199.

Através da visão integrada e interdependente, a CT deverá ter o compromisso de zelar pela biosfera (dimensões sociais e biológicas), sublinhando a solidariedade, ética e paz como princípios essenciais. Neste contexto, para que a paz, a democracia, a justiça social econômica e a manutenção dos sistemas de vida sejam assegurados, a Comissão da Carta da Terra de Mato Grosso (CT-MT), referendando as propostas feitas durante o seminário da Carta da Terra, por 9 grandes grupos, recomenda:

1. Acreditar que os valores e os princípios universais devem iniciar primeiramente no próprio indivíduo, e que através da internalização destes fundamentos e engajamentos responsáveis, seja capaz de participar num processo coletivo (parcerias globais – indivíduos, organizações não-governamentais e instituições governamentais) considerando o diálogo como primeira manifestação para o necessário respeito **pel@s**⁴ diferentes.

2. Implementar programas de Educação Ambiental (EA), que seja construído conforme as realidades locais, respeitando a visão integral da biosfera em seus sistemas culturais e naturais. Diversas estratégias podem ser adotadas, como:

a) Formação (inicial e continuada) de **professor@s** sobre os princípios da CT e sua inclusão nos sistemas curriculares (ensinos, fundamental, médio, superior e programas de pós-graduação);

b) Teatro, oficinas, atividades artísticas diversas e debates com jovens e crianças, promovendo e estimulando a participação **d@s mesm@s** nas comunidades (problemática do lixo, saneamento, agricultura orgânica, modelos de desenvolvimento, estudos dos ecossistemas, currículo, diversidade, etc.); (grifos nossos)

c) Campanhas, cartazes e fóruns com as comunidades (respeitando todas as idades, classes sociais, credos e valores), como associação de bairro, igrejas, comércio e empresas.

⁴ Acatando a recomendação internacional da Rede de Gênero, utilizamos o “@” para evitar a linguagem sexista presente nos textos. (grifos nossos).

3. Buscar espaços na mídia, tornando os meios de comunicação sensíveis e participativos com a construção da CT, auxiliando os processos de formação e educação, além da divulgação e informação sobre os princípios da CT (utilização de todos os meios, inclusive da Internet);

Gostaríamos de chamar atenção para os elementos grifados ao longo do excerto da Carta da Terra de Mato Grosso - **pel@s; professor@s; d@s mesm@s**. É possível observar que todo vocábulo, que supostamente remeteria a uma pessoa do sexo masculino, recebe em seu lugar a inserção do símbolo “@”. Tal gesto de interpretação evitaria a “linguagem sexista presente nos textos, acatando a recomendação internacional da Rede de Gênero. Os autores desse documento associam gênero gramatical do vocábulo ao sexo dos seres que esses nomes denotam. Dessa maneira desconsideram que o gênero gramatical se constitui “na distribuição de classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos” (CÂMARA JÚNIOR, 2001, p. 88). Ou seja, independentemente de os nomes se referirem a seres providos de sexo ou não, eles pertencerão sempre a um determinado gênero.

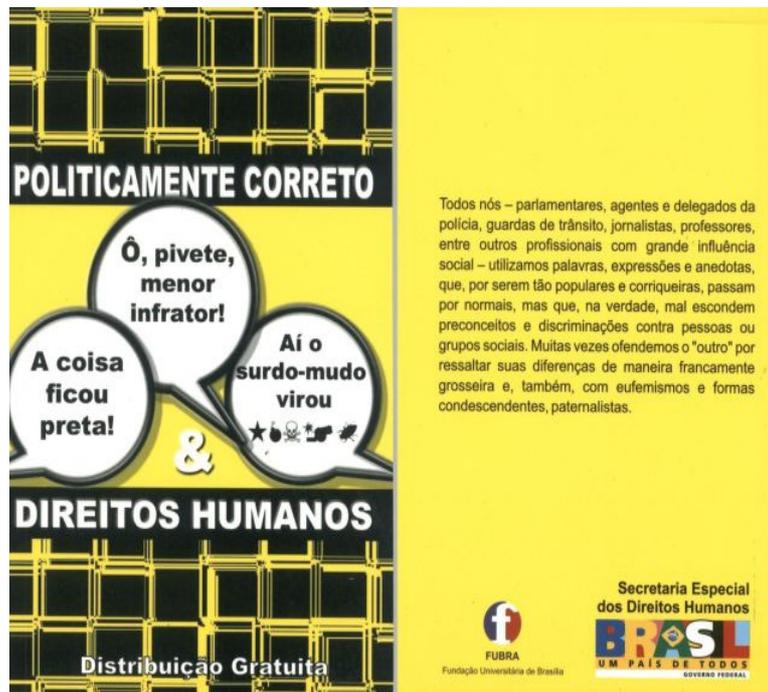
A materialização do politicamente correto, enquanto regra de escrita para evitar a linguagem sexista dos textos, é também bastante ilustrativa para as teses da Análise de Discurso. Essa identificação entre gênero gramatical e sexo dos seres se dá em função de uma compreensão que toma a língua como reflexo da sociedade. Assim, se a sociedade é machista e a língua o reflexo da sociedade, a língua também é machista. Esse equívoco, em última instância, nega a relativa autonomia do sistema lingüístico em relação aos seus usuários. Caso não existisse essa autonomia relativa do sistema, tal qual asseverado pela AD, poderíamos pensar na seguinte analogia: se a sociedade é constituída por diferentes grupos sociais e a língua é o reflexo desses grupos, teríamos então tantas línguas quanto são as classes sociais. Como nos diz Pêcheux (1975/1995, p. 92):

[...] diremos que a ‘indiferença’ da língua em relação à luta de classes caracteriza a **autonomia relativa do sistema**

lingüístico e que dissimetricamente, o fato de que as classes não sejam 'indiferentes' à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes... 'a língua não é uma superestrutura' e que ela não se divide segundo as estruturas das classes em 'línguas de classes', com suas próprias 'gramáticas de classes'.

A citação do filósofo Michel Pêcheux reforça a tese de que não existe relação direta entre língua e sociedade e/ou cultura. Contudo, não quer isso dizer que exista neutralidade, imparcialidade na produção de sentidos, pois todo processo discursivo é produzido no interior de uma formação ideológica.

Um último exemplo ainda, desta vez bem recente. Trata-se da publicação em 2005 da Cartilha do Politicamente Correto em Direitos Humanos, editada sob os auspícios da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada diretamente à presidência da república do Brasil.



A cartilha - embora com uma passagem meteórica pelo cenário nacional, por conta da reação adversa que suscitou nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, foi recolhida por determinação do presidente Luís Inácio Lula da Silva na mesma semana em que foi publicada - arrola 96 verbetes que, segundo os seus autores, esconderiam preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Dentre as expressões arroladas estão, por exemplo:

A COISA FICOU PRETA: forte conotação racista contra os negros, pois associa o preto a uma situação ruim.

AIDÉTICO: termo discriminador, o correto é HIV positivo ou soropositivo, para quem não apresenta os sintomas, e pessoa com Aids ou doente de Aids, para quem apresenta os sintomas.

ANÃO: são vítimas de um preconceito peculiar: o de sempre serem considerados engraçados. Não há nada especialmente engraçado. O fato de ser anão não afeta a dignidade.

BAIANADA: atribui aos baianos inabilidade no trânsito. É um preconceito de caráter regional e racial, como os que imputam malandragem aos cariocas, esperteza aos mineiros, falta de inteligência aos goianos e orientação homossexual aos gaúchos.

BAITOLA: utilizada para depreciar os homossexuais, assim como bicha e boiola. Sugeridos como corretos: gay e entendido (a).

BARBEIRO: xingamento para motorista inábil. Ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar a barba.

BEATA: deprecia mulheres que vão com muita frequência à missa.

CABEÇA-CHATA: termo insultuoso e racista dirigido aos nordestinos, cearenses em especial.

COMUNISTA: contra eles foram inventadas calúnias e insultos, para justificar campanhas de perseguição que resultaram em assassinatos em massa, de caráter genocida, como durante o regime nazista na Alemanha.

FARINHA DO MESMO SACO: junto com expressões como todo político é ladrão, todo jornalista é mentiroso, os muçulmanos são terroristas, ilustra a falsidade e leviandade das generalizações apressadas, base de todos os preconceitos. O fato de haver políticos corruptos, jornalistas

imprecisos e muçulmanos extremistas não significa que a totalidade desses segmentos mereça aquelas respectivas acusações.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO: depois de sistemáticas campanhas de desprestígio contra o serviço público, os trabalhadores dos órgãos e empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos, para enfatizar que servem ao público mais do que ao Estado.

GILETE: o termo adequado é bissexual.

HOMOSSEXUALISMO: é mais adequado usar homossexualidade. Homossexualismo tem carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou movimento político.

LADRÃO: termo aplicado a indivíduos pobres. Os ricos são preferencialmente chamados de corruptos, o que demonstra que até xingamentos tem viés classista.

MULHER DA VIDA OU DE VIDA FÁCIL: eufemismos para caracterizar a profissional do sexo, prostituta.

MULHER NO VOLANTE, PERIGO CONSTANTE: frase preconceituosa contra as mulheres, a quem se atribui menos habilidade no trânsito em comparação com os homens, contrariando, aliás, os levantamentos estatísticos.

NEGRO: a maioria dos militantes do movimento negro prefere este termo a preto. Mas em certas situações as duas expressões podem ser ofensivas. Em outras, podem denotar carinho nos diminutivos neguinho ou minha preta.

PALHAÇO: o profissional que vive de fazer as pessoas rirem pode se ofender quando alguém chama de palhaço uma terceira pessoa a quem se atribui pouca seriedade.

PRETO DE ALMA BRANCA: um dos slogans mais terríveis da ideologia do branqueamento no país, que atribui valor máximo à raça branca e mínimo aos negros. Frase altamente racista e segregadora.

SAPATÃO: usada para discriminar lésbicas, mulheres homossexuais. Entendidas e lésbicas são termos mais adequados.

VEADO: uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. Expressões adequadas são gay, entendido e homossexual.

XIITA: um dos ramos do Islamismo se tornou no Brasil termo pejorativo que caracteriza militantes políticos radicais e inflexíveis.

Essa cartilha é bastante interessante para os postulados da Análise de Discurso, pois está fundada numa concepção de linguagem referencialista que considera a existência de uma relação direta entre as palavras e as coisas. Desse ponto de vista, a língua seria uma espécie de variante antropológica a-histórica. Ou seja, para a Cartilha, os sentidos preconceituosos dos termos negro, veado, etc estariam colados às palavras e não inoculados de historicidade como defende a AD. Em outros termos, para a AD a língua não se constitui como uma mera nomenclatura das coisas existentes ao nosso redor, uma espécie de etiqueta que duplica o real. Ela é, na verdade, um sistema de signos, um conjunto de elementos que se relacionam ordenadamente dentro de um todo ou uma maneira de ordenar, de categorizar, de classificar as coisas que estão a nossa volta a partir de algo que foi pensado antes, independentemente. Como sistema de signos - sons, palavras e frases - a língua é relativamente autônoma. No entanto, a língua em funcionamento como processo discursivo se constitui na expressão de desejos, idéias, propósitos e é condicionada pela visão de mundo, pelas determinações sociais, históricas e culturais dos falantes. Asseveram Pêcheux e Fuchs (1968, p. 32)

O funcionamento da linguagem em seus múltiplos níveis interdita a dicotomia simplificadora entre a língua (conhecida como sistema necessário) e a fala, noção batizante, sem explicar a distância entre essa necessidade do sistema e a famosa “liberdade do locutor”. Com efeito, importa reconhecer que esses níveis de funcionamento da linguagem são eles próprios submetidos a regras, contudo a apreensão dessas regras escapa (parcialmente) ao lingüista na medida em que as determinações não-lingüistas (por exemplo, os efeitos institucionais ligados às propriedades de uma formação social) entram necessariamente em jogo. Não se trata de nulamente colocar em evidência a idéia segundo a qual “a língua não é uma superestrutura” (no sentido marxista desse termo), mas de adiantar que as formações discursivas são fundamentalmente ligadas às superestruturas, ao mesmo tempo como efeito e como causa.

5. Considerações finais

O movimento por um comportamento politicamente correto tem méritos políticos óbvios. Mas, em relação à linguagem, comete alguns equívocos relativamente banais. Por exemplo: a) considera que a troca de palavras marcadas por palavras não marcadas ideologicamente pode produzir a diminuição dos preconceitos. Trata-se de uma tese simplista, já que é mais provavelmente a existência dos preconceitos que produz aqueles efeitos de sentido, embora não se possa desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos. A hipótese das palavras "puras" é certamente ingênua; b) em certos casos, adota um "etimologismo" insuportável, como quando considera que palavras como "*history*" indiciam um ponto de vista masculino, com base na identificação da primeira sílaba dessa palavra com a forma pronominal "*his*". Trata-se do mesmo etimologismo que, como vimos acima, é certamente equivocado em relação à palavra "mulato", que seria politicamente incorreta e ofensiva pelo fato de ser derivada de "mula". A lei de tal etimologismo (talvez de toda a etimologia) parece ser uma: recuemos até onde nos interessa; c) freqüentemente, quando não há uma palavra sinônima que certo movimento possa considerar politicamente correta (como é o caso de "homossexual" ou "homófilo", ao invés de "bicha", por exemplo), para evitar mesmo assim o uso de palavras marcadas, sugerem-se eufemismos de certa forma cômicos. Por exemplo, já que "adúltero" é uma palavra negativa, propõe-se a expressão "indivíduo casado com atividade sexual paralela". Já que "prostituta" é uma palavra negativa, propõe-se "prestadora de serviços sexuais". Ora, essas são, a rigor, definições. Se determinada sociedade condenar o adúltero ou as prostitutas, tanto faz condená-los ou desprezá-los chamando-os de "adúltero" ou dizendo que têm atividade sexual paralela, chamando-as de "prostitutas" ou descrevendo, segundo certo viés, a atividade que realizam. Afinal, são esses fatos que provocam atitudes de condenação. Se tais fatos continuarem sendo considerados negativos, em pouco tempo, as "novas" expressões veicularão

exatamente os mesmos valores, os mesmos efeitos de sentido que veiculam hoje as formas condenadas.

Mais uma nota a respeito da questão da etimologia: a lingüística certamente já conseguiu demonstrar que a etimologia não é um bom método para nada. Mas, do ponto de vista do uso ideológico, ou retórico, vale a pena observar como a etimologia pode ser explorada para a justificação de determinados pontos de vistas. Portanto, trata-se de um sintoma de que o discurso sobre uma origem "limpa" das palavras ainda vigora, pelo menos confusamente, mantendo a crença de sentidos verdadeiros e puros. O relevante não é, pois, a etimologia, mas o fato de que ela retorna eventualmente em diversos discursos.

O humor vive em grande parte dos preconceitos. Freud deu explicações bastante aceitáveis sobre o fato de que os chistes são uma forma que encontramos para dizer, de forma bastante indireta, o que não poderíamos dizer como pessoas civilizados (e de nos divertirmos com isso). Ora, de certo ponto de vista, nada seria mais civilizado do que um comportamento politicamente correto. Mas, então, o humor desapareceria? A óbvia resposta positiva a esta hipótese talvez seja evidência suficientemente forte de que o movimento em questão é realmente utópico.

Não é o caso, neste momento, de analisar textos humorísticos que veiculam preconceitos. Vale anotar, no entanto, que há um tipo de humor que se chama de *humor negro*, o que, provavelmente, já é politicamente incorreto. A propósito, vale notar, neste texto, que mais registra um tema do que produz análises, que o movimento por uma linguagem politicamente correta já se transformou em alvo dos humoristas brasileiros. L. F. Veríssimo, por exemplo, publicou tiras em que suas personagens tinham diálogos como: a) - "Sabe aquela do foneticamente prejudicado?" - "Ah! A do fanho"; b) - "Sabe aquela do individuo com opção sexual alternativa e do afro-brasileiro avantajado?" - "Ah! A da bicha e do negrão".

Os exemplos arrolados seriam indícios avançados da irrupção de uma *Novilíngua* totalitária tal qual a proposta por George Orwell, no seu *1984*, criando uma espécie de língua de madeira? Em que medida o politicamente correto no afã de se distanciar de uma língua supostamente totalitária não estaria se

constituindo mesmo como essa língua totalitária? Ou ainda: ao procurar purificar a língua de todos os tipos de preconceitos, buscando uma língua perfeita, ideal, o politicamente correto não estaria indo em direção à afirmação da transparência da linguagem? Transparência essa tão cara aos discursos totalitários nazistas, fascistas e stalinistas.

Creemos que o politicamente correto embora promova um despovoamento da língua tanto nos planos lexical quanto semântico, procurando banir todas as palavras preconceituosas, não se constitui numa língua de madeira. Trata-se na verdade, do resultado da textualização de um fenômeno de mutação pragmática e discursiva, pelo qual o português brasileiro, tal qual as demais línguas naturais afetadas pela globalização, vem passando. Tanto a Carta da Terra de Mato Grosso quanto a Cartilha do Politicamente Correto, só para tomarmos os dois últimos exemplos, se constituem na textualização de um processo lingüístico e discursivo que tenta suprimir as desigualdades e as assimetrias nos direitos obrigações e prestígio de determinados grupos sociais. Em termos discursivos, o politicamente correto representa o que Fairclough (1994) denomina de tendência à democratização dos discursos. Fenômeno que pode ser observado também no “atenuamento” das hierarquias nas interações verbais, mesmo nas eminentemente formais; na simplificação das normas conversacionais e numa espécie de *conversacionalização*: gêneros discursivos orais e escritos que se alinham ao modelo de uma conversa sobre trivialidades entre amigos.

6. Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1983.
- _____. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Fayard, 2001.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Conversationalization of public discourse and authority of the consumer. In: KEAT, R.; WHITELEY, N.;

- ABERCOMBRIE, N. *The authority of the consumer*. London & New York: Routledge, 1994.
- GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1993.
- MALDIDIER, Denise. *L'inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Editions des Cendres, 1990. (Tradução provisória Maria do Rosário Gregolin, circulação restrita).
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, C. Lexis et metalexis. In: CULIOLI, A. *La formalisation en linguistique, in Cahiers pour l'analyse*, Editions du Seuil, n. 9, juillet 1968.
- PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Revue Langages*, 24, 1971. (Tradução provisória nossa).
- _____. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975. Edição brasileira: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: ORLANDI, E. P. et. al. 2. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões e deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Unicamp 1982.
- _____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: MALDIDIER, Denise. *L'inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Editions des Cendres, 1990. (Tradução provisória Maria do Rosário Gregolin, circulação restrita).
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, ENI. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.